



**CONGRESO
IBEROAMERICANO**
DE CIENCIA, TECNOLOGÍA,
INNOVACIÓN Y EDUCACIÓN

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

**CONGRESSO
IBERO-AMERICANO**
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

Cidadania na rede: interdisciplinaridade, autoria e protagonismo juvenil

PEIXOTO, L.A.G

Cidadania na rede: interdisciplinaridade, autoria e protagonismo juvenil

Leandro Antônio Grass Peixoto

Colégio Marista de Brasília – Ensino Médio

leandrograss@gmail.com

Resumo

Relata-se aqui a experiência de um projeto transdisciplinar com a temática Direitos Humanos e que tinha por produto uma campanha de conscientização a ser divulgada nas redes sociais pelos estudantes do Colégio Marista de Brasília Ensino Médio – Maristão. Fundamentada nos princípios de integração, colaboração, autoria e protagonismo, a prática relatada indica uma possibilidade de conciliação desses princípios em uma experiência sustentada pelas novas tecnologias educacionais e concretizada pelas redes sociais. Serão descritos os fundamentos e as etapas do processo de elaboração e execução do projeto, indicando seus resultados pedagógicos. Conclui-se que a educação voltada para a cidadania pode ser feita de forma transdisciplinar e que as novas tecnologias representam um importante instrumento capaz de viabilizar práticas de aprendizagem coerentes com a cultura juvenil.

Palavras-chave: aprendizagem, cidadania, tecnologia, redes sociais.

Introdução

Um dos desafios da educação do século XXI refere-se ao significado social dos conhecimentos viabilizados no ambiente escolar. Uma perspectiva com razoável consenso entre as abordagens pedagógicas pós-modernas refere-se à relevância da interdisciplinaridade no processo de aprendizagem. Por meio de práticas de integração um fato ou um conhecimento, inicialmente específico, adquire um grau maior de complexidade, de tal forma que a análise e as reflexões realizadas potencializam o desenvolvimento de competências e aprendizagens significativas.

Os formatos de interdisciplinaridade podem variar segundo as possibilidades metodológicas dos docentes e do espaço escolar. No contexto atual, a interdisciplinaridade associada à utilização das novas tecnologias da informação é capaz de viabilizar processos de aprendizagem atrativos e diversificados, bem como de estimular a criatividade e a autoria dos estudantes. Considerando as contribuições de Edgar Morín acerca da complexidade e da transdisciplinaridade, e de Paulo Freire sobre autonomia, o presente relato indica a possibilidade um processo integrador na aprendizagem, em especial dos aspectos de cidadania e participação social.

A experiência aqui relatada visa à ilustração de um processo interdisciplinar de aprendizagem com instrumentos, formatos e produtos acadêmicos de caráter digital,

com interface em diferentes modalidades de linguagem tecnológica. Estudantes do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Marista de Brasília nos anos de 2013 e 2014, a partir de uma fundamentação transversal sobre direitos fundamentais, desenvolveram campanhas de conscientização acerca de situações cotidianas que afrontam e violam princípios como vida, segurança, liberdade, propriedade e igualdade. O projeto envolveu seis componentes curriculares (Filosofia, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Sociologia, História e Educação Física) e teve como produtos objetos digitais que constituíram uma campanha de conscientização.

Os materiais produzidos pelos estudantes - vídeos, logotipos e textos de conscientização - foram divulgados no *facebook* e no *twitter* e enviados para instituições internacionais de defesa dos direitos humanos. A repercussão das campanhas na rede foi significativa, provocando uma onda de compartilhamentos e debates virtuais sobre os objetos de autoria dos próprios estudantes. Trata-se, portanto, de uma experiência que evidencia a possibilidade de junção entre o uso das novas tecnologias, a interdisciplinaridade, a autoria e o protagonismo cidadão dos jovens no ambiente virtual.

1. Referencial teórico

1.1 Cidadania e autoria

As contribuições de Paulo Freire sobre a relação entre formação do saber e a prática da cidadania servem de base para a compreensão da experiência aqui relatada. Freire aponta que “Nunca, talvez, a frase quase feita – exercer o controle sobre a tecnologia pô-la a serviço dos seres humanos – teve tanta urgência de virar fato quanto hoje, em defesa da liberdade mesma, sem a qual o sonho da democracia se esvai” (FREIRE, 2011: 133). Pretende-se viabilizar a partir desses dois autores uma relação entre conhecimento e cidadania, tratando o primeiro dentro de uma perspectiva que rompe com as práticas tradicionais e instrucionistas, e que eleva o indivíduo à condição de sujeito que sabe pensar e intervir, e conseqüentemente exercer controle democrático.

Os desafios da escola para a implantação de uma pedagogia e de uma política educacional edificada em torno da prática da pesquisa representa uma alternativa. Aponta-se inicialmente para a necessidade da escola assumir seu papel comunitário, de forma a se inserir no projeto maior de desenvolvimento científico e tecnológico. Outro aspecto refere-se às possibilidades que a pesquisa poderia ampliar quanto ao envolvimento da escola com a comunidade, mediante metodologias de pesquisa como a pesquisa-ação (Thiollent, 1985) e até mesmo mediante a apropriação de fenômenos da rotina social da população.

A escola projetada por Freire fundamenta-se na busca pela autonomia. Esse espaço escolar pressupõe uma comunidade de indivíduos relacionando-se por meio dos princípios da pedagogia libertadora. Uma analogia possível é a escola freiriana como uma rede, que somente atinge sua potencialidade se cada ponto fizer parte de um coletivo maior, cada ponto é interdependente, mas único. A construção da autonomia é desafiada no que diz respeito às interações em sala de aula. O papel do educador torna-se desafiado a partir da linha tênue entre dar suporte ao educando e fomentar um desenvolvimento próprio deste.

O espaço educacional preencheu-se de descrença, motivada pela

desvalorização da profissão de educador, pela ausência de infraestrutura e/ou suporte em sala de aula e do utilitarismo, que faz da educação um instrumento do mercado e não um meio transformador, libertador e emancipador. Tais condições trabalham como empecilho para que o professor possa atingir e manter a confiança no poder da educação. Mesmo perante condições precárias, Freire (2011) indica que:

Na busca pela sua própria humanização, o ser oprimido, o educando, participa de um processo dinâmico da educação dialógica. Ao participar do diálogo construtor, ao construir seu próprio discurso, cria sua autonomia. O processo de construção dialógica exige não só a iniciativa do professor, mas a abertura para o diálogo do educando. Entretanto, na situação atual, caracterizada pelo modelo bancário-pedagógico, o utilitarismo na sala de aula prevalece sobre essa construção. Num exemplo concreto, é frequente que os alunos resistam a qualquer tentativa por parte do professor de estabelecer um diálogo que não se caracterize como “encher” os educandos de sua narração.”,(p.79).

Essas dificuldades enfrentadas pelos educandos assentam-se na acomodação com o modelo da educação bancária. Essa acomodação causa uma espécie de inércia que aprisiona os educandos. Esse aprisionamento não se reflete apenas nesse contexto, mas no mais profundo medo da liberdade que se dá na relação entre o opressor introyetado e a inércia acima referida.

O medo da liberdade e a inércia que o acompanha são reflexos maiores de uma sociedade definida pela opressão material. Num meio social em que o poder econômico opressivo torna-se autoritário, por sua própria natureza, a escola também absorve relações de autoridade firmes e injustas. Nessa conjuntura, os educandos existem como produtos, utensílios, ferramentas para uma maior filosofia utilitária. Toda vivência escolar carrega um paradoxo: a mesma tendência que impõe o utilitarismo em detrimento do ensino também desenvolve uma matriz pedagógica conteudista, que despreza uma relação dialética e prática com o mundo ao redor dos educandos.

Dados todos esses fatores, existe uma diferença significativa entre o potencial dos educandos e o que lhes é oferecido pela educação bancária. Dessa diferença, nasce um desinteresse profundo dos alunos que se expressa na descrença no poder real da educação. Já que não são valorizados pela escola, eles (conscientemente ou não) desvalorizam o que lhes é “ensinado”. Emerge daí a relevância de processos de aprendizagem fundamentados na autoria, caminho de fortalecimento da capacidade de produção do conhecimento por parte do aluno e ressignificação de seu papel no processo de aprendizagem.

1.2 O fundamento da transdisciplinaridade

O conhecimento fragmentado, compartimentado, unidimensional e reducionista não consegue mais responder aos problemas atuais de ordem complexa e paradoxal. Para Morin (2002) no século XX houve grandes avanços em várias áreas dos saberes científicos e técnicos e juntamente com tais avanços houve a produção de novas cegueiras que intensificam ainda mais os conflitos globais e locais que são permeados pelas possibilidades de erro e ilusão que transitam na mente humana. Isto implica exercitar continuamente a auto-reflexão crítica na práxis cotidiana e estar aberto ao inesperado e as incertezas.

Para superar as cegueiras do conhecimento fragmentado é necessária a reforma do pensamento e vivenciar os princípios do conhecimento pertinente. Reconhecer a multidimensionalidade da vida, aprender a enfrentar a complexidade, o imprevisto, considerar o contexto, o global, o vínculo entre o todo e as partes, perceber a distinção e ao mesmo tempo a união. Implica uma ruptura com o pensamento linear de interpretar o mundo e busca uma nova articulação por meio da transdisciplinaridade.

O ser humano nesta ótica é compreendido como unidade complexa, a sociedade é, portanto multidimensional, o sujeito é ao mesmo tempo: “[...] biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa [...]” (idem, p. 38). Considerar o contexto e o global implica reconhecer o caráter multidimensional da vida. Não é possível isolar uma parte do todo nem as partes umas das outras, como tem sido imposto pelo pensamento reducionista, pois tudo está interligado.

O conhecimento pertinente não desconsidera os saberes prévios dos sujeitos, mas propõe que a educação do futuro utilize os conhecimentos existentes e supere as antinomias impostas pelo conhecimento especializado, que insiste em naturalizar as fragmentações ao invés de contextualizá-las e integrá-las. Ao enfraquecer a percepção do global também é enfraquecida a responsabilidade de cada cidadão com o seu meio, o qual tende a focar somente nas suas atividades especializadas e tende a não se sentir vinculado aos outros e ao meio, o que enfraquece a solidariedade.

Por meio de experiências e práticas de integração um fato ou um conhecimento, inicialmente específico, pode ser analisado de maneira complexa, de tal forma que a análise e as reflexões realizadas possam convergir ao desenvolvimento de competência para criticidade e atuação criadora.

As práticas de integração, que podem consistir desde a concepção curricular, fomentam uma percepção ampliada dos conteúdos estudados.

O currículo integrado consiste, essencialmente, em ensinar para obter significado e compreensão. [...] Trata-se de ensinar e aprender determinados tipos de ideias com as quais nenhuma disciplina é capaz de lidar sozinha. (Parsons, 2006, p. 295).

No âmbito da legislação brasileira sobre as diretrizes educacionais, as práticas interdisciplinares são compreendidas como um pilar fundamental do processo de aprendizagem. A pedagogia de projetos se apresenta como uma alternativa para a integração entre os diferentes campos de saber, em um processo que possibilite ao estudante compreender as interfaces que um mesmo fenômeno ou objeto de estudo apresenta. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino brasileiro versam tanto sobre a forma quanto o fundamento das práticas interdisciplinares, de forma a oferecer subsídios aos educadores.

A articulação inter-áreas é uma clara sinalização para o projeto pedagógico da escola. [...] a integração de metas formativas exige projetos interdisciplinares, nos quais diferentes disciplinas tratam mesmo tempo de temas afins, durante períodos determinados e concentrados. Mais importante do que isso é o estabelecimento de metas comuns envolvendo cada uma das disciplinas de todas as áreas, a serviço do desenvolvimento humano dos alunos e também dos professores. (Arido, 2002, p.17)

As práticas interdisciplinares podem ocorrer tanto em um envolvimento de diferentes áreas em projetos únicos, como também podem se realizar por um único componente curricular, mediante abordagens que dialoguem com outros saberes.

1.3 Juventude e interatividade virtual

A crise do modelo escolar tradicional encontra reforço em meio às transformações do atual cenário social. As práticas de aprendizagem pouco dialogam com o contexto dos jovens, tentando manter uma geração profundamente disposta à colaboração em processos de passividade. Embora muitas sejam as experiências de integração das novas tecnologias às formas de aprendizagem, persiste ainda uma certa estagnação e continuidade de métodos já estabelecidos.

Nesse cenário de oportunidades de interação virtual, os jovens acabam por vislumbrar uma oportunidade de exercer seu protagonismo. O ciberespaço acaba por se tornar ambiente propício para interações e construção de identidade. Para Lévy (1999, p.92) o ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. A natureza do ciberespaço é livre para modelagem e, usando como meio suas hipermídias, permite a criação praticamente ilimitada de mecanismos dinâmicos e amplos que possibilitam a difusão de informação.

2. Metodologia

Elaborar um projeto capaz de integrar campos do conhecimento distintos a partir de uma transversalidade não é tarefa simples. A experiência pedagógica intitulada de “Corrente Cooperativa” tinha o desafio de integrar seis diferentes componentes curriculares: Filosofia, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Sociologia, História e Educação Física. Para que isso ocorresse foi necessária uma flexibilização dos conteúdos de forma a possibilitar a abertura mútua entre as disciplinas e assim pudesse ser implementada a proposta.

O tema gerador do projeto eram os Direitos Humanos. Partindo de leituras e apropriação prévia dos materiais e documentos relativos ao tema, foram feitas algumas atividades prévias em sala de aula, visando munir os estudantes dos elementos fundamentais da temática. Posteriormente, foram trabalhadas as especificações da Declaração Universal dos Direitos Humanos a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial o Artigo 5º, que versa sobre os direitos civis.

Feitas e apresentadas as referências acerca do tema deu-se início à proposta, cujo objetivo era a elaboração de estratégias de conscientização sobre os direitos e deveres previstos no artigo 5º da Constituição Federal, por meio de uma campanha a ser divulgada no meio virtual. Em grupos de 4 (quatro) estudantes, estes deveriam construir uma campanha com o objetivo de conscientização a respeito de um princípio fundamental dos direitos civis, utilizando-se das redes sociais para ser divulgada.

Formados os grupos, deu-se início a concretização de diversas etapas que serviram para fundamentar as propostas desenvolvidas pelos estudantes. Em primeiro lugar, os estudantes elaboraram mapas conceituais em língua inglesa de conexão entre os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os incisos do Artigo 5º da CF de 1988. Essa etapa serviu como forma de atestar os vínculos entre a

legislação internacional e a nacional acerca do tema. Posteriormente os estudantes deram início a uma pesquisa de situações que violam o Artigo 5º, de forma a encontrar evidências capazes de justificar e sustentar a relevância de suas campanhas. Estes primeiros dois processos foram feitos sob a orientação dos professores de Língua Inglesa, Sociologia e Filosofia.

Após terem definido os temas de suas campanhas, os estudantes foram orientados e assessorados pelos professores de Língua Portuguesa na elaboração do texto-base. Após a leitura de textos-bases de campanhas já existentes, os estudantes produziram o texto que fora disponibilizado no portfólio digital da campanha, hospedado na plataforma *Smore*. Os textos foram instruídos e avaliados a partir de diferentes critérios. Nessa etapa buscou-se estimular a autoria e a produção própria como forma de romper com a repetição e possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de conceitos e ideias próprias.

CAMPANHA “MEU CORPO, MINHAS REGRAS”
JUSTIFICATIVA Quando se fala em violência ou abuso contra a mulher (seja ele qual for), as pessoas pensam que é algo muito longe de sua realidade, o que não é verdade. Esse projeto foi motivado para chamar a atenção de todos para esse assunto, que mesmo sendo muito falado, não é levado a sério.
OBJETIVO GERAL Alertar a população em geral sobre o tratamento desumano dispensado às mulheres em diversas situações.
OBJETIVOS ESPECIFICOS Definir, de maneira prática e simples, o que pode ser considerado como tratamento desumano para/com as mulheres; Alertar as pessoas de que qualquer mulher está sujeita esse tipo de tratamento, abordando principalmente os aspectos da escravidão sexual, violência doméstica e violência obstétrica; Propor pequenas atitudes que todos podem realizar para combater esses problemas.
ESTRATEGIAS Sensibilizar a população em relação à seriedade do problema, mostrando a realidade de mulheres que vivem (ou já passaram por) situações como as supracitadas.

Quadro 1 - Modelo de texto-base das campanhas. (Set/ 2013). Fonte: própria



Figura 1 – Portifólio digital (*Smore*) da campanha pela liberdade religiosa. (Set/ 2013).
Fonte: própria

Uma vez escritos os textos de fundamentação da campanha os estudantes deram início à elaboração dos recursos digitais de divulgação das campanhas. Primeiramente, com o auxílio dos professores de Sociologia e História foram confeccionadas as artes de divulgação das campanhas, devendo conter imagens e *slogans*. A arte deveria estar em concordância com as propostas definidas no texto base, de forma a possibilitar a conscientização e a sensibilização acerca do tema. Nesse objeto também deveria ser divulgada a *tag* da campanha a ser utilizada posteriormente na divulgação a partir das redes sociais.



Figura 2 – Arte/cartaz da campanha “Meu corpo, minhas regras”. (Set/ 2013). Fonte: própria

Outro produto a ser elaborado no processo de construção da campanha era o vídeo de divulgação. Devendo ter, no máximo, 1 (um minuto) de duração, este serviria como outro importante instrumento de divulgação da campanha projetada pelos estudantes. Os estudantes ficaram livres para usar quaisquer aplicativos ou *softwares* para a montagem do vídeo. Nessa etapa ficou visível a familiaridade dos estudantes com os recursos digitais, a ponto de serem feitos materiais com profunda qualidade técnica e com alto poder de sensibilização. Alguns deles podem ser assistidos no sítio da tecnologia educacional da instituição¹

A última etapa consistia na divulgação da campanha. Fazendo uso das redes sociais, em especial o *twitter* e o *facebook* os estudantes deram início a disseminação de suas campanhas, buscando envolver pessoas através dos ambientes virtuais em suas estratégias de conscientização. A partir de *tags* originárias, os estudantes divulgaram os portfólios de suas campanhas. A repercussão desses projetos na rede foram significativos, a ponto de atrair a atenção de meios de comunicação local sobre o trabalho dos estudantes do Maristão.

¹ <maristao.org.br/tecnologiaeducacional>.



Figura 3 – Divulgação da campanha “Isso é Liberdade” pelo *twitter*”. (Set/ 2013).
Fonte: própria

Vale ressaltar que a maioria das atividades foi realizada com uso intensivo do tempo escolar, disponibilizado nas aulas de todos os professores participantes. Dessa forma, foi possível acompanhar cada uma das etapas e o envolvimento dos estudantes. Nesse sentido, estabeleceu-se uma relação de parceria e assessoria entre professores e alunos, a ponto de criar um clima pedagógico favorável para o debate e para a reelaboração do conhecimento.



Figura 4 - Divulgação da campanha “Liberdade de expressão” pelo facebook. (Set/2013). Fonte: própria

Resultados e análises

A proposição de um projeto transdisciplinar com caráter avaliativo apresentou significativo êxito, provocando algumas situações interessantes na perspectiva pedagógica. Em primeiro lugar, o fato de ter um número grande de componentes curriculares em um mesmo trabalho animou os estudantes, uma vez que concentrou a carga avaliativa que costumeiramente se fragmentava em cada um deles. Além disso, a abertura para a escolha dos temas a serem desenvolvidos foi percebida como um fator de estímulo aos estudantes, criando uma maior identificação com o objeto pesquisado e a produção acadêmica.

A possibilidade de intensificar o manejo eletrônico, em especial no ambiente das redes sociais foi outro fator de estímulo e envolvimento dos estudantes com o projeto. Tratar o tema da cidadania acabou se tornar não apenas uma atividade conteudista, mas essencialmente prática, transformada em formação na ação, dentro um contexto enraizado na cultura juvenil. Há também que se ressaltar o desafio da atividade transdisciplinar ao corpo docente que, em processo de adaptação com as novas tecnologias, também vivenciou um processo de aprendizagem com os estudantes, acompanhando sua produção com os aparatos tecnológicos.

Conclusão

A experiência aqui relatada demonstra a possibilidade de uma aprendizagem transdisciplinar apoiada em princípios que rompem com a lógica tradicional de instrução e repetição do conhecimento. Fazendo uso das novas tecnologias como estratégia de estímulo ao envolvimento e autoria dos estudantes, a proposta aqui

relatada se mostrou eficaz em seu potencial integrador, tanto do ponto de vista curricular quanto dos atores da aprendizagem.

Ao mesmo tempo representou uma maneira interessante de desenvolver uma temática altamente desafiadora e necessária no século XXI: os direitos humanos. Se o verdadeiro aprendizado pressupõe que o que foi aprendido faça sentido na vida, o mesmo deve servir como princípio para a educação em direitos humanos. Ao criar uma espécie de ativismo virtual, os estudantes tiveram a oportunidade de aprofundar seu conhecimento sobre direitos e deveres, bem como protagonizar a conscientização utilizando-se do espaço virtual.

Deseja-se que essa experiência sirva como inspiração para todos aqueles que apostam não tão somente no uso das novas tecnologias educacionais, mas em especial na construção de uma nova cultura de aprendizagem, capaz de fortalecer a autoria e a colaboração.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAES, M. C. & VALENTE J. A. (2008) *Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade*. São Paulo: Paulus, 2008

MORAES, M. C. (2008). *Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

MORIN, E. (2006). *Ciência com consciência*. São Paulo. Peirópolis, 2006.

PARSONS, M. (2006). Curriculum, arte e cognição integrados. arte/educação contemporânea Consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 295-317.

THIOLLENT, M. (1985). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora.